APUBH - BIBLIO

INFORMATIVO

Nº 11 MAIO DE 2001

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical do ANDES - SN

GOVERNO EXIGE ALTA QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES MAS CORTA AS BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

1 - Governo propõe novo anteprojeto de emprego público:

Divulgada pelo MEC, em 19 de abril de 2001, a nova versão do anteprojeto de lei de emprego público para instituições federais de ensino superior. Veja algumas das inovações:

- Carreira para doutores: Professor Adjunto e Titular;
- 3 níveis para Titular;
- 8 níveis para Adjunto;
- Professor assistente (com mestrado) apenas excepcionalmente;
- Professor Associado com 12 horas semanais;
- Não apresenta proposta para progressão vertical na carreira;
- Pagamento de produtividade por meio de Bônus Semestrais de até 15% do salário;
- Adicional de 40% para dedicação exclusiva;
- Demissão unilateral por produtividade;
- Cargos de Direção e Funções Gratificadas como funções de confiança do Reitor, portanto, sujeitas a afastamento imediato sob notificação.

Presidência com 105 M. (180000) FUNDOS DE PREVID_ [illegible]

2 - Canceladas as bolsas PICDT para doutorado:

Ao mesmo tempo em que torna muito estritos os critérios de admissão na carreira, o governo corta programas de qualificação docente sob o argumento de sua ineficiência. Depois de já ter cancelado as bolsas para mestrado, a CAPES avisa que este é o último ano em que os professores receberão bolsas de doutorado. A medida não atinge apenas os novos bolsistas. Para 2002, *todas* as bolsas, inclusive as já atribuídas, serão extintas.

3- Fundo de Infra-Estrutura:

FHC e Paulo Renato anunciaram, para o dia 26 de abril, quinta-feira, o lançamento de edital do Fundo de Infra-Estrutura, com as instruções para que as instituições públicas de pesquisa apresentem projetos. O Fundo, que reúne 20% dos recursos dos demais fundos científicos setoriais, vai distribuir, esse ano, R$ 138 milhões para a melhoria da infra-estrutura de universidades e centros de pesquisa.

Audiência com o Reitor

Em audiência com o Prof. Francisco César Sá Barreto, no dia 27 de abril, os seguintes assuntos foram discutidos:

GID – Informamos ao Reitor que a UFRJ está reivindicando junto à SESU a equiparação dos professores de 1° e 2° graus com os de 3° grau sob a argumentação de que executam o mesmo tipo de trabalho. O Reitor afirmou que este reconhecimento já é patente na UFMG e se dispôs a discutir e a encaminhar processo similar ao da UFRJ. A APUBH providenciará subsídios à Reitoria para dar suporte ao processo. Por outro lado, o Reitor determinou a agilização das atividades da Comissão Interna da GID para promover a avaliação dos professores e encaminhar o pagamento retroativo da GID 2000.

CONTRATAÇÃO PELO RJU - O Reitor nos informou sobre a reunião do Diretório da ANDIFES com o ministro da Educação na quarta-feira, dia 25. Paulo Renato alega que a área econômica vetou todas as propostas que haviam sido divulgadas pelo MEC em abril. Assim ficam sem efeito, entre outras, a liberação das 2000 vagas emergenciais de professor pelo RJU, a extensão do contrato de substitutos, o pagamento de gratificação aos funcionários. O ministro Paulo Renato se declara favorável às medidas, mas está impossibilitado de implementá-las. Além disto, o Advogado Geral da União reconhece que este tipo de contratação ainda é possível e tem sido feito recentemente. O reitor avalia que a equipe econômica está cada vez mais insensível, o que se reflete no desprestígio crescente das áreas sociais.

EMPREGO PÚBLICO - O Reitor afirmou que a ANDIFES considera que não há clima para discussão do regime de emprego público enquanto não forem cumpridas as promessas já feitas para preenchimento das 2000 vagas emergenciais pelo RJU, já que possíveis efeitos de contratação a partir da nova lei só se efetivariam em 2003. Esse é um horizonte inaceitável frente à premência dos problemas da universidade.

Reajuste Salarial

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal declarou que o Presidente da República omitiu-se em sua obrigação constitucional de propor o reajuste anual dos servidores públicos.

Diante de todas as agressões aos professores e funcionários da universidade, cabe a nós reagir no sentido de defender nossas condições de vida e trabalho. Cabe-nos defender a universidade pública, gratuita e de qualidade que pretendemos legar às futuras gerações.

COMPAREÇA À ASSEMBLÉIA DO DIA 8 DE MAIO, ÀS 9:00 HORAS, NO AUDITÓRIO DA FALE, PARA DISCUTIRMOS AS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO DESSA GRAVE CRISE.

IMPRESSO